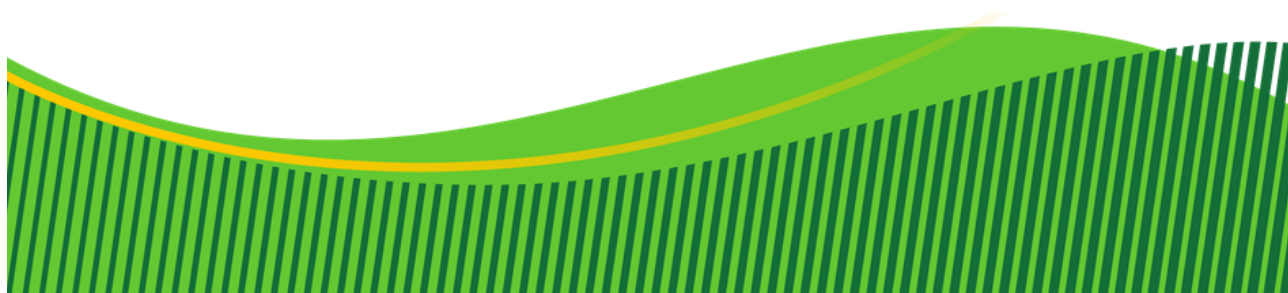


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA

Tangara da Serra - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

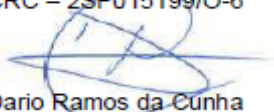
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à incorporação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas parcialmente, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	58.343	61.945
Carteira de Crédito *	432.389	567.612
Depósitos	534.192	511.153
Patrimônio Líquido	216.064	234.445
Capital	127.017	126.554
Resultado Antes das Destinações	28.500	50.161
Rentabilidade do PL	13,19%	21,40%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	839.876	698.180	CIRCULANTE	408.544	308.584
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	13.780	11.120	DEPÓSITOS (NOTA 10)	158.275	136.847
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	319.880	310.236	Depósitos à Vista	146.441	126.808
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	89	7	Depósitos a Prazo	11.834	10.039
Correspondentes no país	425	852	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	179.718	108.544
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	319.366	309.377	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	27	13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	445.046	332.731	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	179.691	108.531
Operações de Crédito	479.638	381.499	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	5.812	1.583
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(34.592)	(48.768)	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.812	1.583
OUTROS CRÉDITOS	38.249	27.586	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	5.994	5.481
Créditos por Avals e Fianças Honrados	210	865	Empréstimos País - Outras Instituições	5.994	5.481
Rendas a Receber	2.549	2.206	OUTRAS OBRIGAÇÕES	58.745	56.129
Diversos (NOTA 06)	36.238	25.767	Cobrança e Arrecadação de Tributos	211	74
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(748)	(1.252)	Sociais e Estatutárias	5.668	3.741
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	22.921	16.507	Fiscais e Previdenciárias	1.647	1.764
Outros Valores e Bens	25.231	17.619	Diversas (NOTA 13)	51.219	50.550
(Provisão para desvalorização)	(2.385)	(1.145)			
Despesas Antecipadas	75	33			
NÃO CIRCULANTE	175.918	107.911	NÃO CIRCULANTE	372.805	303.505
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	175.918	107.911	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	372.805	303.505
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	122.566	59.115	DEPÓSITOS (NOTA 10)	352.878	300.276
Operações de Crédito	138.268	80.141	Depósitos a Prazo	352.878	300.276
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(15.702)	(21.026)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	18.323	1.625
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06)	47	1	Repasse Interfinanceiros	18.323	1.625
Diversos	47	1	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	1.604	1.604
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	23.056	23.056	Diversas	1.604	1.604
Outros Investimentos	23.056	23.056	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	234.445	194.002
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	24.229	20.176	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	126.554	116.617
Imóveis de Uso	7.321	2.097	De Domiciliados no País	127.577	117.556
Outras Imobilizações de Uso	31.006	28.920	(Capital a Realizar)	(1.023)	(939)
(Depreciação acumulada)	(14.098)	(10.841)	RESERVAS DE SOBRAS	89.346	63.920
INTANGÍVEL (NOTA 09)	6.020	5.563	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	18.545	13.465
Outros Ativos Intangíveis	11.172	9.325			
(Amortização acumulada)	(5.152)	(3.762)			
TOTAL DO ATIVO	1.015.794	806.091	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.015.794	806.091

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	76.479	-	76.479	146.069	-	146.069	117.674	-	117.674
Operações de Crédito	76.479	-	76.479	146.069	-	146.069	117.674	-	117.674
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(31.644)	(749)	(32.393)	(65.374)	(1.197)	(66.571)	(64.729)	(428)	(65.157)
Operações de Captação no Mercado	(14.206)	(39)	(14.245)	(32.432)	(64)	(32.496)	(31.815)	(34)	(31.849)
Operações de Empréstimos e Repasses	(7.304)	(710)	(8.014)	(12.983)	(1.133)	(14.116)	(6.804)	(394)	(7.198)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.134)	-	(10.134)	(19.959)	-	(19.959)	(26.110)	-	(26.110)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	44.835	(749)	44.086	80.695	(1.197)	79.498	52.945	(428)	52.517
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(20.145)	4.005	(16.140)	(36.936)	7.430	(29.506)	(21.004)	6.190	(14.814)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.020	9.502	15.522	11.247	17.108	28.355	8.259	11.097	19.356
Rendas de Tarifas Bancárias	6.469	-	6.469	12.137	-	12.137	8.697	-	8.697
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(17.712)	(1.808)	(19.520)	(35.466)	(3.119)	(38.585)	(29.077)	(1.763)	(30.840)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(19.025)	(2.440)	(21.465)	(37.458)	(4.240)	(41.698)	(27.683)	(2.333)	(30.016)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(109)	(472)	(581)	(453)	(865)	(1.318)	(362)	(558)	(920)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	18.908	289	19.197	41.856	331	42.187	48.417	744	49.161
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(14.696)	(1.066)	(15.762)	(28.799)	(1.785)	(30.584)	(29.255)	(997)	(30.252)
RESULTADO OPERACIONAL	24.690	3.256	27.946	43.759	6.233	49.992	31.941	5.762	37.703
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(663)	218	(445)	(77)	246	169	1.096	(6)	1.090
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	24.027	3.474	27.501	43.682	6.479	50.161	33.037	5.756	38.793
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	871	871	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	511	511	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	360	360	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	24.027	4.345	28.372	43.682	6.479	50.161	33.037	5.756	38.793
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.479	(6.479)	-	5.756	(5.756)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	24.027	4.345	28.372	50.161	-	50.161	38.793	-	38.793
DESTINAÇÕES	-	-	-	(31.616)	-	(31.616)	(24.941)	-	(24.941)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.376)	-	(8.376)	(8.072)	-	(8.072)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.854)	-	(1.854)	(1.346)	-	(1.346)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(16.691)	-	(16.691)	(12.118)	-	(12.118)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(4.695)	-	(4.695)	(3.405)	-	(3.405)
RESULTADO DE INCORPORAÇÃO	-	-	-	-	-	-	(387)	-	(387)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	18.545	-	18.545	13.465	-	13.465

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	85.508	48.397	7.505	141.410
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.463	-	(7.463)	-
Outras destinações	-	-	(42)	(42)
Saldo de Incorporação	17.840	11.421	(11.808)	17.453
Reversões de reservas saldo Incorporada	-	(11.421)	11.421	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.152	-	-	5.152
Baixas de capital	(7.050)	-	-	(7.050)
Resultado do período	-	-	38.793	38.793
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.346)	(1.346)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.118	(12.118)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.704	-	(8.072)	(368)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.405	(3.405)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	116.617	63.920	13.465	194.002
Mutações do Período	31.109	15.523	5.960	52.592
Saldos no início do período em 01/01/2017	116.617	63.920	13.465	194.002
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.684	-	(9.372)	(6.688)
Destinações para reservas	-	4.040	(4.040)	-
Outras destinações	-	-	(53)	(53)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	9.230	-	-	9.230
Baixas de capital	(9.933)	-	-	(9.933)
Resultado do período	-	-	50.161	50.161
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.854)	(1.854)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.691	(16.691)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.956	-	(8.376)	(420)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.695	(4.695)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	126.554	89.346	18.545	234.445
Mutações do Período	9.937	25.426	5.080	40.443
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	119.988	67.960	21.789	209.737
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.063	-	-	5.063
Baixas de capital	(6.453)	-	-	(6.453)
Resultado do período	-	-	28.372	28.372
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.854)	(1.854)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.691	(16.691)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.956	-	(8.376)	(420)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.695	(4.695)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	126.554	89.346	18.545	234.445
Mutações do Período	6.566	21.386	(3.244)	24.708

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	27.725	34.379	40.787
Resultado do semestre/exercício	28.372	50.161	38.793
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(647)	(15.782)	1.994
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(2.209)	(19.500)	552
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.597	1.240	(563)
(Reversão) para desvalorização de outros créditos	(61)	(504)	(117)
Depreciação do imobilizado de uso	1.792	3.393	1.844
Amortização do intangível	685	1.390	730
Baixas do ativo permanente	20	27	383
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(405)	(288)	309
Destinações ao FATES	(1.854)	(1.854)	(1.346)
Dividendos SicrediPar	(212)	314	202
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(70.501)	(4.546)	49.199
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.899	(82)	(2.338)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(7)	428	(196)
(Aumento) em operações de crédito	(98.739)	(156.267)	(9.196)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	31.160	87.871	17.776
(Aumento) em outros créditos	(5.571)	(10.518)	(15.274)
(Aumento) em outros valores e bens	(3.638)	(7.654)	(5.897)
Aumento (Redução) em depósitos	(22.946)	74.031	109.626
Aumento em relações interdependências passivas	2.614	4.230	64
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	250	512	(19.357)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(637)	(1.525)	(1.159)
(Redução) Aumento em outras obrigações	18.114	4.428	(24.850)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(42.776)	29.833	89.986
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.105)	(7.473)	(7.639)
Aplicações no Intangível	(1.069)	(1.847)	(1.366)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.174)	(9.320)	(9.005)
Integralização de capital	5.063	9.230	5.152
Baixa de capital	(6.453)	(9.933)	(7.050)
Juros ao capital próprio	(420)	(420)	(368)
Distribuição de Sobras	-	(6.741)	(42)
Patrimônio Líquido de incorporada	-	-	17.453
Caixa e equivalentes de caixa oriundo de incorporação	-	-	16.640
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.810)	(7.864)	31.785
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(49.760)	12.649	112.766
Caixa e equivalente de caixa no início do período	382.906	320.497	207.731
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	333.146	333.146	320.497

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/03/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(65.304)	147	65.157
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.257)	147	(26.110)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.667)	(147)	(14.814)
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	(28.663)	(1.353)	(30.016)
Outros Dispendios e Despesas Operacionais	(31.458)	1.206	(30.252)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	13.780	11.120
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	319.366	309.377
Total	333.146	320.497

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	281.799	106.022	387.821	316.853
Financiamentos	13.407	13.872	27.279	23.928
Financiamentos rurais e agroindustriais	184.432	18.374	202.806	120.859
Carteira total	479.638	138.268	617.906	461.640

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	210	-	210	865
Devedores por compra de valores e bens	407	44	451	-
Títulos e créditos a receber (i)	27.066	3	27.069	18.079
Total	27.683	47	27.730	18.944

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	16	-	-	-
Nível A	0,50	225.213	163.497	1.126	817
Nível B	1,00	245.576	152.088	2.592	1.521
Nível C	3,00	81.418	42.235	2.443	1.267
Nível D	10,00	33.914	38.169	3.391	3.817
Nível E	30,00	14.046	13.659	4.214	4.098
Nível F	50,00	14.111	17.830	7.056	8.915
Nível G	70,00	3.739	8.318	2.617	5.823
Nível H	100,00	27.603	44.788	27.603	44.788
Total (i)		645.636	480.584	51.042	71.046

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	13.366	66.435	94.411	45.152	219.364	185.729
Rural	2.160	28.157	154.115	18.374	202.806	120.859
Industrial	162	3.048	5.114	6.482	14.806	12.801
Comércio	5.581	40.889	48.089	45.065	139.624	112.000
Outros Serviços	2.305	15.981	27.508	23.242	69.036	49.195
Total	23.574	154.510	329.237	138.315	645.636	480.584

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	55.521	8,60	46.156	9,60
50 devedores seguintes	126.031	19,52	91.928	19,13
100 devedores seguintes	113.551	17,59	91.724	19,09
Demais	350.533	54,29	250.776	52,18
Total	645.636	100	480.584	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	71.046	35.825
Constituição de provisão	19.959	26.110
Saldo de Incorporação	-	34.786
Movimentação de baixados para prejuízo	(39.963)	(25.675)
Saldo final	51.042	71.046

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 10.848 (2016 - R\$ 9.755), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 25.265 (2016 - R\$ 31.488).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	191	171
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.861	3.034
Devedores por compra de valores e bens	407	-
Devedores por depósitos em garantia	202	81
Impostos e contribuições a compensar	967	680
Títulos e créditos a receber	27.066	18.078
Valores honrados	116	346
Cotas de consórcio	2.613	1.064
Devedores por convênios	-	1
Operações com cartões	135	90
Pendências a regularizar	444	1.282
Outros	1.236	940
Total Circulante	36.238	25.767

Devedores por compra de valores e bens	44	-
Títulos e créditos a receber	3	1
Total realizável a longo prazo	47	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	25.231	17.619
Imóveis	23.735	16.288
Veículos e afins	166	956
Bens em regime especial	1.330	375
Despesas antecipadas	75	33
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.385)	(1.145)
Total Circulante	22.921	16.507

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2.385 (2016 - R\$ 1.145) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	11.466	11.466
Sicredi Participações S.A.	11.587	11.587
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Total	23.056	23.056

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.750.900 ON	3.750.900 ON	3	1	11.465.697	11.465.697
	7.835.732 PN	7.835.732 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,32%	1,33%	2,02%	0,83%	9,76%	9,76%
Capital social	874.847	869.279	164	165	117.452	117.452
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	122.876	122.111
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	654	500
Valor do investimento	11.587	11.587	3	3	11.466	11.466

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	38.327	(14.098)	24.229	20.176
Imobilizações em curso	-	1.382	-	1.382	3.889
Terrenos	-	70	-	70	70
Edificações	4%	7.251	(660)	6.591	1.485
Instalações	10%	15.190	(5.711)	9.479	7.417
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.153	(2.539)	3.614	3.788
Sistema de comunicação	10%	214	(101)	113	117
Sistema de processamento de dados	20%	6.805	(4.341)	2.464	2.956
Sistema de segurança	10%	745	(401)	344	339
Sistema de transporte	20%	517	(345)	172	115
Intangível (i)		11.172	(5.152)	6.020	5.563
Investimentos Confederação		11.172	(5.152)	6.020	5.563
Total		49.499	(19.250)	30.249	25.739

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	146.441	-	-	146.441	126.808
Depósitos a prazo	5.614	6.220	352.878	364.712	310.315
Total	152.055	6.220	352.878	511.153	437.123

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	170.624	108.531
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	170.624	108.531
Outros Recursos	9.067	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.067	-
Total circulante	179.691	108.531
Recursos do Crédito Rural	18.323	1.625
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	18.323	1.625
Total exigível a longo prazo	18.323	1.625

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 10/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	5.994	5.481
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	5.994	5.481
Total circulante	5.994	5.481

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 04/03/2018.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	3.546	14.845
Obrigações por convênios oficiais	12	13
Provisão para pagamentos a efetuar	8.679	7.469
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	236	524
Outras Contingências	13	13
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.503	3.450
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	96	165
Pendências a regularizar	356	1.773
Operações com cartões	27.007	17.566
Demais fornecedores	829	661
Credores diversos	5.942	4.071
Total circulante	51.219	50.550
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	1.604	1.604
Total exigível a longo prazo	1.604	1.604

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	100	-	-	100
Cível	424	185	(473)	136
Total	524	185	(473)	236

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	100	100
Cível	Provável	136	424
Total		236	524

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 43; R\$ 1.107 e R\$ 64 (2016 - R\$ 12, R\$ 1.065 e R\$ 64), respectivamente.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	126.554	116.617
Total de associados	61.945	59.000

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 9.937 (2016 – R\$ 31.109), sendo R\$ 10.640 (2016 – R\$ 15.167) via integralização de resultados e R\$ 9.230 (2016 – R\$ 5.152), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 9.933 (2016 – R\$ 7.050).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.376, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2017 a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 600 (R\$ 600 em dezembro de 2016), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	50.161	38.793
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(21.068)	(16.293)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	66	(2)
Provisão PPR	80	45
Receita com atos cooperativos	18.346	13.876
Juros sobre capital próprio	3.518	3.390
Outros	(942)	(1.016)
Subtotal	21.068	16.293
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	319.366	309.377
Outros Créditos - Rendas a receber	1.626	1.005
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	2.843	2.968
Despesas antecipadas (Nota 07)	44	-
Investimentos (Nota 08)	23.056	23.056
Intangível (Nota 09)	6.020	5.563
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 11)	198.014	110.156
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	5.994	5.481
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	26.488	16.932
Principal e juros dívida subordinada (Nota 13)	1.700	1.769
Receitas		
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	7.217	4.398
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	36.095	36.020
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 16)	600	600
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	14.116	7.198
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.441	1.959
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 21)	17.041	13.335

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	108	0,07%	90
Depósitos a prazo	1.428	0,39%	1.171
Operações de crédito	475	0,08%	508

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.953	3.639

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	1.577	950
Despesa de aluguéis	4.191	2.628
Despesa de comunicação	1.935	1.324
Despesa de manutenção e conservação	2.339	1.536
Despesa de material	557	434
Despesa processamento dados	709	344
Despesa de promoções e relações públicas	2.871	2.532
Despesa de propaganda e publicidade	322	305
Despesa de seguro	3.623	2.122
Despesa de serviços do sistema financeiro	4.169	2.908
Despesa de serviços de terceiros	1.183	811
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.278	1.564
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.650	1.075
Despesa de serviços de transportes	3.125	2.487
Despesa de viagem	1.221	1.007
Outras despesas administrativas	9.948	7.989
Total	41.698	30.016

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	2.812	4.061
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	35.310	34.165
Reversão de provisões operacionais	2.184	8.237
Outras rendas operacionais	1.881	2.698
Total	42.187	49.161

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.988	5.760
Contribuição O.C.E.	121	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.053	1.597
Contribuição Confederação Sicredi	9.825	6.602
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.959	1.486
Contribuição Sureg	3	9
Encargos da administração financeira	200	185
Repasse administradora de Cartões	1.000	871
Depreciação e amortização - Rateio Confederação	1.390	739
Outras provisões operacionais	3.003	8.139
Outras despesas operacionais	7.042	4.746
Total	30.584	30.252

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	167.506	124.544
Coobrigações em cessões de crédito	158	174
Total	167.664	124.718

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finaime e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	231.257	192.824
Nível I (NI)	230.237	191.408
Capital principal - CP	230.237	191.408
Capital social	126.554	116.617
Reservas de capital	89.346	63.920
Lucros acumulados	18.545	13.465
Ajustes Prudenciais	(4.208)	(2.594)
Nível II (NII)	1.020	1.416
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	1.020	1.416
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	929.198	679.861
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.321	1.039
Margem de Capital (i)	132.371	124.649
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,89%	28,36%
Situação de Imobilização (Imob)	26.045	23.149
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,26%	12,01%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

João Coelho Pinheiro
Diretor Executivo
CPF: 329.782.941-91

Elisangela Dalmolin do Amaral Moura
Diretora de Operações
CPF: 819.625.841-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20